



# Estratégia

CONCURSOS

## Aula 05

**Direito Constitucional p/ ABIN - Oficial de Inteligência (com videoaulas)**

**Professores: Ricardo Vale, Nádia Carolina**

**AULA 05: DIREITO CONSTITUCIONAL**

SUMÁRIO	PÁGINA
1- Poder Executivo	1 – 40
2- Lista de Questões e Gabarito	41 - 49

**Poder Executivo****1- Funções do Poder Executivo:**

O Poder Executivo, assim como os demais Poderes do Estado, possui funções típicas e funções atípicas. A **função típica** do Poder Executivo é a função executiva, que abrange atividades de **Chefia de Governo, Chefia de Estado** e de **Chefia da Administração Pública**.<sup>1</sup> O Poder Executivo é, afinal, o responsável por impulsionar e dirigir a ação estatal, seja no plano interno ou no plano internacional.<sup>2</sup>

A doutrina considera que a função executiva subdivide-se em duas: **i) função de governo** (atribuições de decisão política) e; **ii) função administrativa** (atribuições relacionadas à prestação de serviço público).<sup>3</sup>

O Poder Executivo também exerce funções atípicas: **função legislativa** (quando edita medidas provisórias, leis delegadas e decretos autônomos) e **função de julgamento** (no âmbito do contencioso administrativo, como, por exemplo, quando julga um processo administrativo disciplinar). Cabe destacar que a doutrina majoritária entende que o Poder Executivo **não exerce função jurisdicional**.

Segundo o Prof. Gilmar Mendes, a realidade política brasileira demonstra uma **hiperpotencialização do Poder Executivo**, centrado na figura do Poder Executivo; nesse sentido, é perceptível, em nosso modelo político, a proeminência do Poder Executivo sobre os demais Poderes.<sup>4</sup>

**2- Presidencialismo x Parlamentarismo:**

O **sistema de governo** adotado por um Estado é o modo como se dá a **relação entre os Poderes**, notadamente entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo.

<sup>1</sup> SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**, 35ª edição, Ed. Malheiros, São Paulo, 2012.

<sup>2</sup> MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional**, 9ª edição. São Paulo Editora Atlas: 2010, pp. 1228.

<sup>3</sup> MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet, COELHO, Inocência Mártires. **Curso de Direito Constitucional**, 5ª edição. São Paulo: Saraiva, 2010, pp. 935

<sup>4</sup> Op Cit. Pp. 935.

Não se confunde com forma de governo (que pode ser República ou Monarquia), tampouco com forma de Estado (Estado unitário ou Estado federal).

Há dois sistemas de governo amplamente utilizados mundo afora: **i)** o **presidencialismo** e; **ii)** o **parlamentarismo**. Como exemplo de países que adotam o presidencialismo, citamos o Brasil e os EUA. Por outro lado, a Inglaterra é um exemplo de país que adota o parlamentarismo como sistema de governo.

O **presidencialismo** tem suas origens nos EUA, que o adotaram como sistema de governo na Constituição de 1787. Possui como características principais as seguintes:

**a)** A Chefia do Poder Executivo é **unipessoal** ou **monocrática**. O Presidente da República exerce a função de **Chefe de Estado** (representando o País em suas relações internacionais) e, ainda, a função de **Chefe de Governo** (dirigindo as políticas públicas do Estado e chefiando a Administração Pública federal). Em suma, no presidencialismo, o Presidente da República acumula em suas mãos todas as funções executivas.

**b)** **Inexistência de vínculo** entre Poder Legislativo e Poder Executivo. No presidencialismo, há independência entre o Poder Legislativo e o Executivo. O Presidente pode, inclusive, ser eleito sem que tenha o apoio da maioria parlamentar; é claro que, nessa situação, haverá fortes prejuízos à governabilidade. Ademais, não pode o Presidente interferir no mandato de Deputados e Senadores, eleitos democraticamente pelo povo.

**c)** **Mandato por tempo determinado**. O Presidente da República, quando eleito, já tem um tempo pré-fixado durante o qual irá exercer o seu mandato. No Brasil, por exemplo, o mandato do Presidente é de 4 anos, podendo haver uma reeleição. Não existe a possibilidade de o Poder Legislativo, a seu bel prazer, abreviar o mandato presidencial, destituindo o Presidente do cargo. No Brasil, a única possibilidade de perda do cargo de Presidente por atuação do Poder Legislativo é a condenação por crime de responsabilidade (processo de “*impeachment*”).

Na grande maioria dos países que adotam o sistema presidencialista, a eleição do Presidente é feita pelo **voto direto** da população. Com isso, o candidato eleito goza de grande **legitimidade popular**, o que é percebido pela doutrina como uma das vantagens do sistema presidencialista.

O **parlamentarismo**, por sua vez, tem suas origens, na Inglaterra do século XI. Suas características principais são as seguintes:

**a)** A Chefia do Poder Executivo é **dual**, pois o **Chefe de Estado e o Chefe de Governo são pessoas diferentes**. Nas monarquias parlamentaristas, o Chefe de Estado é o monarca, ao passo que o Chefe

de Governo é o Primeiro-Ministro. Por outro lado, nas repúblicas parlamentaristas, há o Presidente (como Chefe de Estado) e o Primeiro-Ministro (como Chefe de Governo).

**b) Interdependência entre os Poderes Executivo e Legislativo.** O Primeiro Ministro e os demais membros do Gabinete (Ministros) são integrantes do Parlamento e são por ele nomeados. Assim, a Chefia de Governo só se mantém no poder enquanto possuir o apoio do Parlamento; caso o Primeiro-Ministro perca esse apoio, poderá ser destituído pelo Parlamento.

**c) Mandato por prazo indeterminado.** O Primeiro-Ministro (Chefe de Governo) ocupa o cargo por tempo indeterminado, enquanto possuir o apoio do Parlamento. Destaque-se, ainda, que em situações em que o povo perde a confiança no Parlamento, este também pode ser dissolvido pelo Primeiro-Ministro, convocando-se eleições extraordinárias para a formação de um novo Parlamento.

A doutrina aponta que uma das **vantagens** do sistema parlamentarista é a existência de uma **relação harmoniosa** entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo, que resulta em **maior governabilidade**. Com efeito, a maior governabilidade é obtida pelo fato de que o Primeiro-Ministro e os demais membros do Gabinete são oriundos do Parlamento e, como tal, suas ações terão apoio do Poder Legislativo. Vale destacar que, no sistema parlamentarista, é possível a **substituição simplificada do Governo** (o que não é possível no presidencialismo!), o que é particularmente importante para contornar de forma mais eficiente situações de crise política.<sup>5</sup>

A partir do momento em que o Brasil adotou a República, o **presidencialismo** passou a ser o sistema de governo. Apenas durante o período de setembro de 1961 a janeiro de 1963, adotamos o parlamentarismo em nosso País.



### República Federativa do Brasil

- Forma de estado = Federação
- Regime político = Democracia
- Forma de governo = República
- Sistema de governo = Presidencialismo

### 3- Investidura e Posse:


<sup>5</sup> MASSON, Nathalia. **Manual de Direito Constitucional**. Ed. Juspodium, Salvador, 2013, pp. 731-732

Em nosso ordenamento jurídico, o Presidente da República encarna a Chefia de Estado e a Chefia de Governo, exercendo, portanto, todas as funções executivas. Nesse sentido, diz a Constituição que o **Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República**, auxiliado pelos Ministros de Estado.

Para que um indivíduo possa ocupar o cargo de Presidente, ele deverá cumprir os seguintes **requisitos constitucionais**:

- a) Ser **brasileiro nato** (art. 12, § 3º, CF/88).
- b) Possuir **alistamento eleitoral**.
- c) Estar no **pleno gozo dos direitos políticos**.
- d) Ter **mais de 35 anos**. Destaque-se que essa idade deve ser comprovada na data da posse.
- e) Não se enquadrar em nenhuma das **inelegibilidades** previstas na Constituição.
- f) Possuir **filiação partidária**.

A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República é feita pelo **sistema majoritário de dois turnos**. Por esse sistema, considera-se eleito o candidato que obtiver a **maioria absoluta dos votos válidos** (não computados, portanto, os votos em branco e os nulos). Caso não obtenha essa maioria na primeira votação, será realizado um novo turno de votações.

	<p>Existem dois tipos de sistema majoritário:</p> <ul style="list-style-type: none"><li><b>1) Sistema majoritário puro</b> (ou simples): é eleito o candidato com o maior número de votos (maioria simples). Esse sistema é utilizado para a eleição dos Senadores e de Prefeitos em municípios com até 200.000 eleitores.</li><li><b>2) Sistema majoritário de dois turnos</b>: é eleito o candidato que obtém a maioria absoluta dos votos válidos. A maioria absoluta é obtida quando o candidato tem mais da metade dos votos válidos. Esse sistema é utilizado nas eleições do Presidente, dos Governadores e de Prefeitos em municípios com mais de 200.000 eleitores.</li></ul>
---	--

E quando ocorrerão as eleições presidenciais?

Segundo o art. 77, *caput*, a eleição do Presidente e do Vice-Presidente será realizada, simultaneamente, no **primeiro domingo de outubro** (em primeiro turno) e no **último domingo de outubro** (em segundo turno, se houver) do

**ano anterior ao do término do mandato** presidencial vigente. Destaque-se que a eleição do Presidente importará a do Vice-Presidente com ele registrado; em outras palavras, ao eleger o Presidente, a população estará automaticamente elegendo o Vice.<sup>6</sup>

Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a **maioria absoluta de votos**, não computados os em branco e os nulos. Assim, para se eleger no primeiro turno, o candidato deverá ter mais votos do que o somatório dos votos de todos os seus adversários; precisará, portanto, ter mais da metade dos votos válidos.

Se a maioria absoluta não for obtida no primeiro turno, **será realizado o segundo turno**. Irão concorrer os dois candidatos mais votados no primeiro turno. Havendo empate em segundo lugar, será qualificado o **mais idoso**, que irá, então, disputar o segundo turno. Destaque-se que será considerado eleito, no segundo turno, aquele que obtiver a maioria dos votos válidos.

Se, antes de realizado o segundo turno, **ocorrer morte, desistência ou impedimento legal** de candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o **de maior votação**. Cuidado! Não será convocado o Vice do candidato que faleceu, desistiu ou foi impedido, mas sim chamado aquele que ficou na terceira posição no primeiro turno. Caso ocorra empate entre os remanescentes, qualificar-se-á o **mais idoso**.

O Presidente e o Vice-Presidente da República **tomarão posse em sessão conjunta** do Congresso Nacional, em 1º de janeiro, **prestando o compromisso** de manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.

Se, **decorridos dez dias da data fixada para a posse**, o Presidente ou o Vice-Presidente, **salvo motivo de força maior**, não tiver assumido o cargo, este será **declarado vago** (art. 78, parágrafo único). A partir desse dispositivo, é possível vislumbrarmos 6 situações diferentes:

**a)** Presidente da República e Vice-Presidente não comparecem dentro de 10 dias da data fixada para posse, **SEM motivo de força maior**. Nesse caso, será declarada a **vacância dos dois cargos** (Presidente e Vice). Precisarão ser realizadas novas eleições diretas, como estudaremos mais à frente.

---

<sup>6</sup> Nem sempre foi assim na História brasileira. A Constituição de 1946 dispunha que o Presidente e o Vice-Presidente seriam eleitos separadamente. Como resultado disso, tivemos, por vezes, eleição de candidatos com posições políticas antagônicas, como, por exemplo, Jânio Quadros (eleito presidente em 1960) e João Goulart (Vice-Presidente). Quando Jânio Quadros renunciou, houve forte rejeição a João Goulart. A solução para o impasse político foi instaurar um sistema parlamentarista no Brasil.



- b)** Presidente da República não comparece dentro de 10 dias da data fixada para a posse, **SEM motivo de força maior**. Nesse caso, o **Vice assumir**á o cargo de Presidente e exercerá o mandato inteiro sem Vice.
- c)** Vice-Presidente não comparece dentro de 10 dias da data fixada para a posse, **SEM motivo de força maior**. Nesse caso, o Presidente irá exercer todo o mandato sem Vice.
- d)** Presidente da República e Vice-Presidente não comparecem dentro de 10 dias da data fixada para posse, **COM motivo de força maior**. A **posse será adiada** para que, após cessado o motivo de força maior, eles possam assumir o cargo.
- e)** Presidente da República não comparece dentro de 10 dias da data fixada para a posse, **COM motivo de força maior**. O Vice-Presidente toma posse e assume, interinamente, o cargo de Presidente até cesse o motivo de força maior.
- f)** Vice-Presidente não comparece dentro de 10 dias da data fixada para a posse, **COM motivo de força maior**. O Presidente toma posse e governa sem Vice até que cesse o motivo de força maior que impediu o Vice de tomar posse.

O mandato presidencial tem a **duração de 4 anos** e terá início em 1º de janeiro do ano seguinte ao da eleição do Presidente da República. É permitida a **reeleição para um único período subsequente**. No entanto, é plenamente possível que um indivíduo seja eleito para mais de 2 mandatos presidenciais, desde que não sejam consecutivos. O maior número de mandatos presidenciais consecutivos que alguém pode cumprir são dois.

#### **4- Impedimento e Vacância:**

De início, é fundamental que saibamos a diferença entre impedimento e vacância do Presidente da República. **Impedimentos** são os **afastamentos temporários** do Presidente da República. É o que ocorre, por exemplo, quando o Presidente se afasta do País. Quando há um impedimento do Presidente, diz-se que haverá a sua **substituição** pelo Vice-Presidente.

A **vacância** do cargo de Presidente da República, por sua vez, representa o **afastamento definitivo** do cargo. Ocorrerá, por exemplo, se o Presidente morrer ou se for condenado pela prática de crime de responsabilidade. Quando ocorre a vacância do cargo de Presidente, diz-se que o Vice o **sucedará**.

Mas quais são as **hipóteses de vacância** do cargo de Presidente e Vice-Presidente? São as seguintes:

- a) Não comparecimento dentro de 10 dias da data fixada para a posse**, exceto por motivo de força maior.
- b)** Por morte, renúncia, perda ou suspensão dos direitos políticos e perda da nacionalidade brasileira.
- c)** Condenação por **crime de responsabilidade**, ou **comum**, mediante decisão do Senado Federal ou do STF, respectivamente. Se o Presidente for condenado por crime de responsabilidade ou por crime comum, ele **perderá o cargo** e ficará **inabilitado por 8 anos** para o exercício de função pública.
- d) Ausência do país por mais de 15 dias sem autorização** do Congresso Nacional. O Presidente pode se ausentar do País por mais de 15 dias; no entanto, para isso, precisará de autorização do Congresso Nacional.

No caso de Governadores e Vice-Governadores, a exigência de autorização de Assembleia Legislativa só poderá constar da Constituição estadual se reproduzir o modelo federal, ou seja, quando a ausência se der por mais de quinze dias. Assim, o STF considera **inconstitucional norma estadual que exige prévia licença da Assembleia Legislativa** para que o governador e o vice-governador possam ausentar-se do País por **qualquer prazo**.<sup>7</sup>

Trata-se de uma aplicação do princípio da simetria. Isso porque a Corte entende que não é dado à Constituição Estadual criar novas interferências de um Poder na órbita de outro que não derive explícita ou implicitamente de regra ou princípio da Constituição Federal. Em outras palavras, quando se trata de sistema de pesos e contrapesos, há uma imperatividade do modelo federal (ADI 3046).

Dito isso, vejamos o que dispõem os arts. 79 e 80, CF/88:

**Art. 79.** Substituirá o Presidente, no caso de impedimento, e suceder-lhe-á, no de vaga, o Vice-Presidente.

**Parágrafo único.** O Vice-Presidente da República, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei complementar, auxiliará o Presidente, sempre que por ele convocado para missões especiais.

**Art. 80.** Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.

<sup>7</sup> STF, ADI 738 Rel. Min. Maurício Corrêa. 13.11.2002



Do art. 79, extrai-se que o substituto natural do Presidente da República é o **Vice-Presidente**, seja nas hipóteses de **impedimento** ou em caso de **vacância** do cargo. Dessa forma, se o Presidente viajar ao exterior e, portanto, afastar-se temporariamente do País, o Vice-Presidente irá assumir. Nessa mesma linha, caso o Presidente seja condenado por crime de responsabilidade (como aconteceu com o ex-Presidente Collor) e, portanto, houver a vacância do cargo, o Vice irá assumir a presidência.

O art. 80 nos apresenta a **linha sucessória** do Presidente da República. Nos casos de impedimento ou vacância dos cargos de Presidente e Vice, serão chamados ao exercício da Presidência, na ordem: **i)** o Presidente da Câmara dos Deputados; **ii)** o Presidente do Senado Federal e; **iii)** o Presidente do STF. Destaque-se, todavia, que **apenas o Vice-Presidente** poderá suceder o Presidente **em caráter definitivo**; todos os outros poderão exercer a Presidência apenas interinamente, ou seja, em caráter temporário.

Dessa forma, havendo vacância dos cargos de Presidente e de Vice-Presidente, serão convocadas novas eleições. Temos, então, o seguinte:

**a)** Se a **vacância** dos cargos de Presidente e Vice-Presidente ocorrer **nos dois primeiros anos** do mandato presidencial, serão feitas eleições 90 (noventa) dias depois de aberta a última vaga. Trata-se, nesse caso, de **eleições diretas**.

**b)** Se a **vacância** dos cargos de Presidente e Vice-Presidente ocorrer nos **dois últimos anos** do mandato presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita 30 (trinta) dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional. Serão feitas, portanto, **eleições indiretas**.

Aqueles que forem eleitos dessa maneira deverão **apenas completar o mandato dos seus antecessores**. É o que se chama de "mandato-tampão".

Vamos a um exemplo para deixar as coisas mais claras!

Suponha que José Polvo assuma a Presidência da República em 2019. Em 2021, ele vem a falecer. Temos a vacância do cargo de Presidente. O Vice-Presidente, João Urubu, assume a Presidência e irá exercê-la até o final de 2022, quando o mandato chegará ao fim. No entanto, em janeiro de 2022, João Urubu é condenado por crime de responsabilidade e, conseqüentemente, perde o cargo de Presidente. Percebam que, na situação apresentada, houve vacância do cargo de Presidente e também do Vice-Presidente.

O que irá acontecer? Sabemos que **somente o Vice-Presidente pode assumir a presidência em caráter definitivo**. Por isso, o Presidente da Câmara dos Deputados assumirá a Presidência temporariamente e convocará **eleições indiretas**, uma vez que a vacância dos dois cargos ocorreu nos **últimos dois anos** do mandato presidencial. Caso a vacância dos dois cargos tivesse ocorrido **nos dois primeiros anos** do mandato, seriam convocadas **eleições diretas**.



É possível a previsão de eleição indireta no ordenamento jurídico dos Estados?

Por **simetria**, é plenamente possível que a Constituição preveja que, no caso de dupla vacância dos cargos de Governador e Vice-Governador nos últimos 2 anos do mandato, serão realizadas **eleições indiretas pela Assembleia Legislativa**. Entendimento semelhante deve ser aplicado na hipótese de vacância dos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito.

## 5- Atribuições do Presidente da República:

As atribuições do Presidente da República estão relacionadas no art. 84, CF/88. Trata-se de **rol não -exaustivo**, a ele competindo outras atribuições previstas no texto constitucional. Exemplo de competência do Presidente da República não relacionada no art. 84, CF/88 é a de editar leis delegadas. Para fins didáticos, podemos dividir as competências dos Presidentes nos seguintes grupos <sup>8</sup>:

### a) Direção da Administração Federal:

O Presidente exerce a função de **Chefe da Administração Pública Federal**. Nessa condição, ele possui as seguintes competências:

**Art. 84.** Compete privativamente ao Presidente da República:

**I** - nomear e exonerar os Ministros de Estado;

**II** - exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal;

Os Ministros de Estado são nomeados e exonerados pelo Presidente da República; trata-se de cargos de **livre nomeação e exoneração**. Há que se

<sup>8</sup> A divisão nesses grupos de funções se baseia na doutrina do Prof. Gilmar Mendes.

observar apenas que os Ministros de Estado devem ser escolhidos entre brasileiros com mais de 21 anos e no pleno exercício dos direitos políticos.

Os Ministros de Estado são os **auxiliares diretos** do Presidente da República e exercerão, em conjunto com este, a **direção superior da administração federal**.

**IV** - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

(...)

**VI** – dispor, mediante decreto, sobre:

**a)** organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;

**b)** extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos;

No inciso IV, está prevista a competência do Presidente da República para expedir **decretos e regulamentos** para a **fiel execução das leis**. Trata-se de competência para edição dos chamados **decretos executivos**, que são atos normativos secundários (infralegais). Destaque-se que, ao editar esses atos, o Poder Executivo estará exercendo o **poder regulamentar**.

Há uma notória **distinção entre as leis e os decretos executivos**. A **lei pode inovar o ordenamento jurídico**, criando direitos e obrigações; o **decreto executivo** não poderá fazê-lo, limitando-se a **facilitar a execução das leis**. Conforme lição de Alexandre de Moraes, essa vedação não significa que o regulamento deva se limitar a reproduzir o texto da lei, sob pena de inutilidade. Caberá ao Poder Executivo evidenciar e explicitar todas as previsões legais, decidindo a melhor forma de executá-las e, eventualmente, até mesmo suprimindo lacunas de ordem prática ou técnica. Destaque-se que a edição dos decretos executivos é competência **indelegável** do Presidente da República.

A doutrina faz menção a um tipo específico de decreto executivo: o **“regulamento autorizado”**. Quanto à forma, este em nada se diferencia de um decreto típico do Poder Executivo; no entanto, quanto ao conteúdo, o **“regulamento autorizado”** busca **complementar a lei**, conforme expressa determinação nela contida. Ressalte-se que a lei deverá determinar precisamente os contornos dos decretos ou regulamentos autorizados.

No inciso VI, está prevista a competência do Presidente da República para editar os chamados **“decretos autônomos”**, que são bem diferentes dos decretos executivos. Os decretos autônomos, inseridos na Constituição pela EC nº 32/2001, são **atos normativos primários**, possuindo a mesma hierarquia das leis formais. Os decretos autônomos são considerados normas primárias

justamente por extraírem seu fundamento de validade diretamente do texto constitucional.

O Presidente da República poderá dispor, **mediante decreto autônomo**, sobre:

- a) organização e funcionamento da administração federal, quando **não implicar** aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.
- b) extinção de funções ou cargos públicos, **quando vagos**;

Perceba que a **criação ou extinção de órgão público** não poderá ser objeto de decreto autônomo: haverá **necessidade de lei formal** para fazê-lo. Da mesma maneira, é necessária lei para tratar da organização e funcionamento de administração federal **quando houver aumento de despesa**. A extinção de funções ou cargos públicos **que estiverem ocupados** também depende de lei formal.

Por último, cabe destacar que a edição de decretos autônomos é **competência delegável** do Presidente da República, que poderá concedê-la aos Ministros de Estado, ao Advogado-Geral da União ou ao Procurador-Geral da República.

#### Decretos ou regulamentos de execução

- São atos normativos **secundários**, sendo editados para possibilitar a fiel execução de uma lei. Sua edição é competência indelegável do Chefe do Executivo.

#### Decretos ou regulamentos autorizados

- São atos regulamentares que **complementam a lei** com base em expressa determinação nela contida. Essa lei deve determinar precisamente os contornos dos decretos ou regulamentos autorizados.

#### Decretos ou regulamentos autônomos

- São atos normativos **primários** que disciplinam a organização ou a atividade administrativa, extraindo sua validade diretamente da Constituição. Existem em nosso ordenamento jurídico desde a EC nº 32/2001 (art. 84, VI, da CF). A competência para sua edição pode ser delegada, nos termos do parágrafo único do art. 84 da CF.

**XII** - conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei;

O indulto é o perdão da pena. Comutação da pena é a substituição de uma pena mais grave por uma pena menos grave. A **concessão de indulto e comutação de penas** é competência privativa do Presidente da República, efetuada mediante decreto executivo que, conforme a prática, é publicado ao final de todo ano. Cabe destacar que essa é uma **competência delegável** do Presidente da República.

**XV** - nomear, observado o disposto no art. 73, os Ministros do Tribunal de Contas da União;

O Tribunal de Contas da União (TCU) possui 9 (nove) Ministros. Desses, 2/3 são **escolhidos** pelo Congresso Nacional e 1/3 pelo Presidente da República. Aqueles que forem **escolhidos pelo Presidente da República** deverão ter seu nome **previamente aprovado pelo Senado Federal**, após o que serão nomeados. Destaque-se que, na forma do art. 84, XV, mesmo os Ministros do TCU escolhidos pelo Congresso Nacional, serão **nomeados** pelo Presidente da República.

**XVII** - nomear membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII;

**XVIII** - convocar e presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional;

O Conselho da República é **órgão superior de consulta** do Presidente da República, que pronuncia-se, **sem efeito vinculante**, sobre intervenção federal, estado de defesa, estado de sítio e questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas. Dentre os integrantes do Conselho da República, estão 6 cidadãos brasileiros natos, com mais de 35 anos. Desses, 2 são nomeados pelo Presidente da República, 2 são eleitos pela Câmara dos Deputados e 2 eleitos pelo Senado Federal.

O Conselho de Defesa Nacional também é **órgão superior de consulta** do Presidente, mas nos assuntos relacionados com a **soberania nacional e a defesa do Estado democrático**. Suas manifestações também não possuem efeito vinculante, mas simplesmente **opinativo**.

O Presidente da República tem competência privativa para convocar e presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional. Segundo a doutrina, quando ele convoca e preside o Conselho da República, ele está atuando na condição de Chefe de Governo; por outro lado, ao convocar e presidir o Conselho de Defesa Nacional, ele estará atuando como Chefe de Estado.<sup>9</sup>

<sup>9</sup> MASSON, Nathalia. **Manual de Direito Constitucional**. Ed. Juspodium, Salvador, 2013, pp. 749

**XXV** - prover e extinguir os cargos públicos federais, na forma da lei;

O **provimento de cargos públicos** é competência privativa do Presidente da República. Assim, a nomeação de aprovado em concurso público e a nomeação de alguém para exercer cargo em comissão são tarefas que cabem ao Presidente da República. Segundo o STF, a competência para prover cargos públicos **inclui também a competência para desprover** cargos públicos. Dessa forma, o Presidente da República detém competência para exonerar e demitir servidores públicos.

A **competência para prover e desprover** cargos públicos (art.84,XXV, primeira parte) **é delegável** aos Ministros de Estado, ao Advogado Geral da União e ao Procurador-Geral da República. Nesse sentido, entende o STF que o presidente da República pode delegar aos ministros de Estado, por meio de decreto, a atribuição de demitir, no âmbito das suas respectivas pastas, servidores públicos federais.

E a extinção de cargos públicos?

A extinção de cargos públicos, quando vagos, poderá ser feito por decreto autônomo. No entanto, quando os **cargos estiverem ocupados**, a sua extinção dependerá de **lei formal**. Considerando que a edição de decretos autônomos é delegável, a **extinção de cargos públicos vagos poderá ser delegada** aos Ministros de Estado, ao Advogado Geral da União e ao Procurador-Geral da República. No entanto, a extinção de cargos públicos ocupados não é matéria delegável.

## **b) Relação com o Congresso Nacional e atuação no processo legislativo:**

O Presidente da República tem importantes funções no âmbito do processo legislativo e em seu relacionamento com o Congresso Nacional. Vejamos:

**Art. 84.** Compete privativamente ao Presidente da República:

(...)

**III** - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

O Presidente da República pode **dar início ao processo legislativo**, seja apresentando projetos de lei de sua **iniciativa privativa** (art.61, § 1º), seja apresentando projetos de lei de **iniciativa geral**. Um exemplo de projeto de lei de iniciativa privativa do Presidente é o que trata do regime jurídico dos servidores públicos da União. Já um exemplo de projeto de lei de iniciativa geral ou comum é aquele que tratar de matéria tributária.



**IV** - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

**V** - vetar projetos de lei, total ou parcialmente;

Todas essas são atribuições do Presidente da República no que diz respeito ao processo legislativo. Uma vez aprovado o projeto de lei, ele seguirá para **sanção ou veto** (total ou parcial) pelo Presidente da República, no prazo de **15 dias úteis**.

**XI** - remeter mensagem e plano de governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias;

(...)

**XXIV** - prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior;

O inciso XI faz referência ao envio da **mensagem presidencial** e do **plano de governo** ao Congresso Nacional, por ocasião da **abertura da sessão legislativa** (2 de fevereiro). Por meio desses documentos, o Presidente irá expor a situação do País e solicitar ao Congresso Nacional as providências que julgar necessárias.

O inciso XXIV faz referência à **prestação de contas do Presidente da República**, que deve ser apresentada ao Congresso Nacional dentro de 60 dias após a abertura da sessão legislativa. Destaque-se que compete ao Congresso Nacional **julgar as contas do Presidente da República**, com parecer prévio do TCU.

E o que acontece se o Presidente não prestar contas ao Congresso Nacional em até 60 dias após a abertura da sessão legislativa?

Nesse caso, a Câmara dos Deputados (representante do povo) irá “cobrar” do Presidente. Segundo o art. 51, II. CF/88, compete privativamente à **Câmara dos Deputados proceder à tomada de contas** do Presidente da República, **quando não apresentadas** ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

**XXIII** - enviar ao Congresso Nacional o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstos nesta Constituição;

A **iniciativa das leis orçamentárias** (PPA, LDO e LOA) **é privativa** do Presidente da República.

**XXVI** - editar medidas provisórias com força de lei, nos termos do art. 62;

Ao editar medidas provisórias, com força de lei, o Presidente da República desempenha **função atípica** do Poder Executivo.

**c) Atribuições no plano das relações internacionais (Chefia de Estado):**

O Presidente, na condição de Chefe de Estado, **representa o Brasil em suas relações internacionais**. Nesse sentido, exerce as seguintes competências:

**Art. 84 - Compete privativamente ao Presidente da República:**

(...)

**VII** - manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos;

**VIII** - celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;

(...)

**XIX** - declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas, e, nas mesmas condições, decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional;

**XX** - celebrar a paz, autorizado ou com o referendo do Congresso Nacional;

**XXI** - conferir condecorações e distinções honoríficas;

**XXII** - permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente;

Cabe dar um destaque especial à competência do Presidente para celebrar tratados internacionais (art.84, VIII). O Presidente da República é responsável por **assinar os tratados** (consentimento provisório) e por **ratificá-los** (consentimento definitivo).

A ratificação do Presidente, todavia, depende de **aprovação pelo Congresso Nacional** por meio de decreto legislativo. Essa aprovação representa uma verdadeira autorização para que o Presidente ratifique o tratado. Destaque-se que a aprovação do Congresso Nacional não obriga a ratificação pelo Presidente; nesse sentido, considera-se que a ratificação é ato discricionário.

Uma vez tendo sido aprovado pelo Congresso Nacional, o Presidente irá promulgar e publicar o tratado, por meio de **decreto executivo**. A partir daí, o tratado poderá produzir efeitos no plano interno.

**d) Atribuições concernentes à segurança interna, preservação da ordem institucional e da harmonia das relações federativas:**

No plano da segurança interna, preservação da ordem institucional e harmonia das relações federativas, são as seguintes as competências do Presidente da República:

**Art. 84.** Compete privativamente ao Presidente da República:

(...)

**IX** - decretar o estado de defesa e o estado de sítio;

**X** - decretar e executar a intervenção federal;

**XIII** - exercer o comando supremo das Forças Armadas, nomear os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, promover seus oficiais-generais e nomeá-los para os cargos que lhes são privativos;

O Presidente da República tem competência privativa para decretar a **intervenção federal**, o **estado de sítio** e o **estado de defesa**. Todos esses são mecanismos que buscam salvaguardar a ordem jurídica nos momentos de instabilidade institucional; são, por isso, **institutos do sistema constitucional de crises**. Cabe destacar que a decretação de estado de sítio depende de prévia autorização pelo Congresso Nacional.

A suspensão do estado de defesa, do estado de sítio e da intervenção federal não é competência do Presidente da República, mas sim do Congresso Nacional. É o que dispõe o art. 49, V: "*compete exclusivamente ao Congresso Nacional aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou **suspender qualquer uma dessas medidas***"

O comando supremo das Forças Armadas é competência do Presidente da República. Segundo a doutrina, não se trata de título honorífico, mas de verdadeira função de comando e direção das atividades do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

**e) Nomeação de juizes do STF e dos Tribunais Superiores:**

Para encerrar as atribuições do Presidente, destacamos suas competências no que diz respeito à **nomeação de importantes autoridades da República**.

**Art. 84.** Compete privativamente ao Presidente da República:

(...)

**XIV** - nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do banco central e outros servidores, quando determinado em lei;

**XVI** - nomear os magistrados, nos casos previstos nesta Constituição, e o Advogado-Geral da União;

### 3- Competências Delegáveis do Presidente da República:

Um dos pontos mais importantes desse assunto é saber quais são as **competências delegáveis** do Presidente da República. A resposta está no art. 84, parágrafo único.

**Parágrafo único.** O Presidente da República poderá delegar as atribuições mencionadas nos incisos VI, XII e XXV, primeira parte, aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.

As competências **delegáveis** do Presidente da República são as seguintes:

**a) Editar decretos autônomos.** Recorde-se que, mediante decreto autônomo, o Presidente poderá dispor sobre: **i)** organização e funcionamento da administração pública federal, quando não implicar aumento de despesa, nem criação ou extinção de órgão público e; **ii)** extinguir funções ou cargos públicos, quando vagos.

**b) Conceder indulto e comutar penas,** com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei.

**c) Prover e desprover cargos públicos,** na forma da lei. Ressalte-se que essa é apenas a primeira parte do art.84, XXV, cujo inteiro teor é o seguinte: "*prover e extinguir os cargos públicos federais, na forma da lei*". A **extinção de cargos públicos ocupados não é atribuição delegável** do Presidente da República. Apenas é delegável a extinção de cargos públicos vagos (que é objeto de decreto autônomo).

## 6- Responsabilização do Presidente da República:

A República tem como característica a possibilidade de **responsabilização pessoal do governante** por suas ações. É diferente da monarquia, na qual predomina a absoluta irresponsabilidade do rei. O ordenamento jurídico brasileiro prevê, portanto, a responsabilização do Presidente da República. A história recente de nosso país, inclusive, ilustra muito bem essa possibilidade: em 1992, ocorreu o “*impeachment*” do ex-Presidente Collor.

Contudo, é inegável que o Presidente da República, para exercer suas funções com independência, precisa possuir certas prerrogativas especiais. São as chamadas **imunidades do Presidente**, que consistem em regras especiais para sua responsabilização.

Ao estudarmos o tema das imunidades, verificamos que estas se dividem em dois tipos: imunidade formal (prerrogativas relacionadas ao processo) e imunidade material (inviolabilidade civil e penal por palavras e opiniões). O Presidente da República possui **apenas imunidades formais** (prerrogativas relacionadas ao processo); em outras palavras, ele **não possui imunidade material**, isto é, pode ser responsabilizado civil e penalmente por suas palavras e opiniões.

Vamos estudar, a seguir, as imunidades (formais) do Presidente da República:

**a) Cláusula de irresponsabilidade penal relativa:** Na vigência do mandato, o Presidente da República só pode ser responsabilizado por atos praticados no exercício da função (*in officio*) ou em razão dela (*propter officium*). Assim, durante o seu mandato, o Presidente **não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício da função**. Diz-se, portanto, que o Presidente da República tem uma relativa irresponsabilidade pela prática de atos estranhos ao exercício de suas funções.

É importante ter em mente que essa imunidade **somente se aplica às infrações de natureza penal**. Assim, pode haver apuração, durante o mandato do Presidente da República, de sua responsabilidade civil, administrativa, fiscal ou tributária.

Suponha, por exemplo, que o Presidente da República se envolva em uma briga de trânsito. Furioso, ele sai do carro e dispara 4 (quatro) tiros na cabeça do indivíduo que com ele havia discutido. Foi um homicídio, mas que não está relacionado ao exercício da função. Na vigência do mandato, o Presidente não poderá ser responsabilizado por esse crime.

No entanto, ao contrário do que muitos pensam, isso **não significa que o Presidente ficará impune** pela prática desse crime. Após o término do mandato, ele poderá, sim, ser responsabilizado por crime que cometeu na vigência do mandato, mas que não estava relacionado ao exercício da

função. O STF entende que, nesse caso, haverá suspensão provisória do processo e a consequente suspensão do prazo prescricional.<sup>10</sup>

**b) Vedação à prisão cautelar:** O Presidente da República somente estará sujeito à prisão após sentença condenatória, nas infrações penais comuns. **Não são admitidas prisões cautelares** (flagrante delito, prisão temporária, prisão preventiva) do Presidente da República. É necessária uma sentença penal condenatória, emanada do STF (como veremos mais à frente, é essa Corte que julga o Presidente nos crimes comuns).

**c) Autorização da Câmara dos Deputados:** Para que o Presidente da República seja processado e julgado, nos crimes comuns ou de responsabilidade, há um prévio **juízo de admissibilidade político** pela Câmara dos Deputados. Dito de outra forma, o Presidente somente será processado e julgado **após autorização da Câmara dos Deputados**, por 2/3 dos seus membros, em votação nominal (aberta).

Cabe destacar que, dentre as imunidades do Presidente, essa **é a única que é extensível, mutatis mutandis<sup>11</sup>, aos Governadores de Estado**. Em outras palavras, a Constituição Estadual pode estabelecer que o Governador somente será processado e julgado após juízo de admissibilidade da Assembleia Legislativa. A Constituição Estadual **não poderá, entretanto, estender a imunidade penal relativa e a vedação às prisões cautelares** aos Governadores, tampouco aos Prefeitos. Isso porque somente a União pode, por reserva constitucional, legislar sobre prisão.

Agora que já estudamos as imunidades do Presidente, é importante que entendamos o processo de responsabilização em si.

Há dois tipos de infrações que podem ser cometidas pelo Presidente da República: **i) crimes comuns** e; **ii) crimes de responsabilidade**. Os **crimes comuns** são as **infrações penais comuns**, tipificadas no Código Penal e em outras leis penais especiais. Já os **crimes de responsabilidade** são **infrações político-administrativas** cometidas no exercício do cargo.

Nos **crimes comuns**, o Presidente da República é processado e julgado **perante o STF**, após autorização da Câmara dos Deputados. Assim, **a denúncia ou queixa-crime é apresentada ao STF**, mas este só poderá recebê-la após o juízo de admissibilidade político da Câmara dos Deputados. Vale ressaltar que, mesmo após a autorização da Câmara dos Deputados, é possível que o **STF decida rejeitar a denúncia** e não instaurar o processo.

<sup>10</sup> Inq. 672/DF. Rel. Min Celso de Mello, 16.04.1993.

<sup>11</sup> "Mutatis mutandis" é expressão latina que significa "mudando o que deve ser mudado". Não faz sentido que a Câmara dos Deputados autorize que Governador de Estado seja processado e julgado. A autorização caberá, por uma questão de simetria, à Assembleia Legislativa.



Uma vez que seja **recebida a denúncia ou queixa-crime** pelo STF, o Presidente ficará **suspenso das suas funções**. Ele ficará suspenso do exercício Presidência e só retornará às suas funções caso seja **absolvido ao final do julgamento**, ou se **decorrerem mais de 180 dias** sem que o julgamento tenha sido concluído. Assim, se o julgamento demorar muito (mais de 180 dias), cessará o afastamento do Presidente, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.

Se o STF condenar o Presidente pela prática de crime comum, seus direitos políticos serão suspensos (conforme art. 15, III) e, conseqüentemente, ele **perderá o mandato presidencial**, sem prejuízo da sanção penal cabível.

O STF também tem competência para julgar o Presidente da República em algumas ações civis, como o mandado de segurança é o "habeas data". No caso da **ação popular**, entretanto, por falta de previsão constitucional, **não é de competência da Corte Suprema** o julgamento do Presidente.

Nos **crimes de responsabilidade**, o Presidente da República é processado e julgado **pelo Senado Federal**, após juízo de admissibilidade político da Câmara dos Deputados. O art. 85, da CF/88, relaciona alguns atos do Presidente da República que configuram crimes de responsabilidade:

**Art. 85.** São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

**I** - a existência da União;

**II** - o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação;

**III** - o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;

**IV** - a segurança interna do País;

**V** - a probidade na administração;

**VI** - a lei orçamentária;

**VII** - o cumprimento das leis e das decisões judiciais.

**Parágrafo único.** Esses crimes serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento.

O art. 85 define genericamente, em **lista meramente exemplificativa**, atos considerados crime de responsabilidade. É necessário **lei especial**, cuja **edição compete privativamente à União**<sup>12</sup>, para tipificar essas condutas e estabelecer normas de processo e julgamento. Atualmente, a lei regula os crimes de responsabilidade é a Lei nº 1.079/50.

<sup>12</sup> **Súmula STF nº 722:** São da competência legislativa da União a definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento.



A definição dos crimes de responsabilidade dos Governadores e dos Prefeitos também deverá ser feita por **lei federal**. Nos termos do art. 22, I, CF/88, a União tem competência privativa para legislar sobre direito penal, **incluindo-se aí os crimes de responsabilidade**.

A denúncia por crime de responsabilidade deve ser apresentada à Câmara dos Deputados. Ela pode ser feita por qualquer cidadão; trata-se, portanto, de **denúncia popular**. Caberá, então, à Câmara dos Deputados realizar o **juízo de admissibilidade político**: a denúncia será admitida ou rejeitada, autorizando-se ou não a realização do julgamento pelo Senado Federal. Segundo o STF, é assegurado ao Presidente, ainda nessa fase, o **direito à ampla defesa e ao contraditório**.<sup>13</sup>

Se a acusação for admitida pela Câmara dos Deputados (em votação nominal, por 2/3 dos seus membros), o **processo será remetido ao Senado Federal**, a fim de que este órgão processe e julgue o Presidente. Ao Senado Federal, não cabe decidir se irá ou não instaurar o processo; ele está vinculado ao juízo de admissibilidade da Câmara dos Deputados, **devendo instaurar o processo** contra o Presidente. O Senado Federal irá, então, atuar como verdadeiro "Tribunal político"<sup>14</sup>, sendo presidido pelo Presidente do STF.

**Após a instauração do processo** pelo Senado Federal, o Presidente **ficará suspenso** de suas funções; ele se retornará ao exercício da presidência se absolvido ou se, decorridos 180 dias, o julgamento não tiver sido concluído. Nesse último caso, cessará o afastamento do Presidente, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.



Há um detalhe que as bancas examinadoras adoram:

- 1)** Nos **crimes comuns**, o Presidente ficará suspenso de suas funções **desde o recebimento da denúncia ou queixa-crime** pelo STF.
- 2)** Nos **crimes de responsabilidade**, o Presidente ficará suspenso de suas funções **desde a instauração do processo** pelo Senado Federal.

O que as bancas fazem? Elas invertem as coisas, dizendo, por exemplo que o Presidente fica suspenso, nos crimes de responsabilidade, desde o recebimento da denúncia **(ERRADO)**.

<sup>13</sup> MS-MC-QO 21.564/DF. Rel. Min. Carlos Velloso. 27.08.1993.

<sup>14</sup> MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet, COELHO, Inocência Mártires.

**Curso de Direito Constitucional**, 5ª edição. São Paulo: Saraiva, 2010, pp. 959.

A condenação do Presidente pelo Senado Federal depende do **voto nominal** (aberto) **de 2/3 dos seus membros**. Segundo o Prof. Alexandre de Moraes, “a *votação ostensiva e nominal no julgamento dos agentes políticos é a única forma condizente com os princípios da soberania popular e da publicidade*”.<sup>15</sup>

Cabe destacar que, segundo o STF, **não é cabível recurso contra o mérito** da decisão do Senado Federal no processo de “*impeachment*”.<sup>16</sup> Entretanto, o STF considera que, no processo constitucional de “*impeachment*”, **devem ser assegurados os princípios do devido processo legal**, dentre eles o contraditório, a ampla defesa e a fundamentação das decisões.

Uma vez condenado por crime de responsabilidade, não haverá qualquer pena privativa de liberdade. As **penalidades** aplicadas serão duas: **i) perda do cargo** e; **ii) inabilitação, por 8 (oito) anos**, para o exercício de função pública. Destaque-se que essa inabilitação vale para toda e qualquer função pública, sejam aquelas obtidas mediante aprovação em concurso público, cargos comissionados ou mandatos eletivos.

Na história brasileira, há o conhecido episódio do “*impeachment*” do ex-presidente Fernando Collor de Mello. Tendo sido instaurado o processo no Senado Federal, Collor renunciou ao cargo, **objetivando esquivar-se da penalidade de inabilitação por 8 (oito) anos** para o exercício de função pública.

Em tese, a renúncia paralisaria o processo de “*impeachment*”. O **Senado Federal**, todavia, entendeu de forma diversa e **continuou o julgamento**, aplicando a pena de inabilitação para o exercício de função pública. Chamado a apreciar a questão, o **STF referendou o entendimento do Senado Federal** e decidiu que “**a renúncia ao cargo, apresentada na sessão de julgamento, quando já iniciado este, não paralisa o processo de impeachment**”.<sup>17</sup>



## **1. (CESPE/TJ-SE – 2014) Compete privativamente ao presidente da República conceder indulto e anistia.**

### **Comentários:**

<sup>15</sup> MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional**, 9ª edição. São Paulo Editora Atlas: 2010, pp. 1279.

<sup>16</sup> STF, MS 21.689-1/DF. Rel. Min. Carlos Velloso. 07.04.1995.

<sup>17</sup> STF, MS 21.689-1/DF. Rel. Min. Carlos Velloso. 07.04.1995.

De fato, conceder indulto é de competência privativa do Presidente da República (art. 84, XII, CF). Contudo, a concessão de anistia é de competência do Congresso Nacional, por meio de lei (art. 48, VIII, CF). Questão incorreta.

**2. (CESPE/TJ-CE – 2014) Em caso de impedimento do presidente e do vice-presidente da República, serão sucessivamente chamados ao exercício da presidência o presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.**

**Comentários:**

É o que prevê o art. 80 da Constituição Federal. Questão correta.

**3. (CESPE/TJ-CE – 2014) O presidente da República está sujeito a prisão quando comete infração comum.**

**Comentários:**

Para que haja a prisão do Presidente da República, é necessário que o STF receba a denúncia ou queixa-crime, quando, então, o Chefe do Executivo ficará suspenso de suas funções. Nesse caso, somente após a sentença condenatória ele poderá ser preso. Exige-se, ainda, que a infração esteja relacionada ao exercício de suas funções (art. 86, CF). Questão incorreta.

**4. (CESPE/TCDF – 2014) Dispor sobre a organização da administração federal é atribuição privativa do presidente da República, que somente poderá ser exercida pelo próprio ou, durante seus impedimentos, por quem o substituir na presidência, vedada a delegação.**

**Comentários:**

A Constituição permite, sim, que o Presidente da República delegue a atribuição de dispor sobre a organização e o funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos (art. 84, parágrafo único, CF). Questão incorreta.

**5. (CESPE / Ministério da Saúde - 2013) A acumulação das funções de chefe de Estado e de chefe de governo pelo presidente da República é uma das características do sistema presidencialista de governo adotado pela República Federativa do Brasil.**

**Comentários:**

Trata-se, de fato, de uma característica do sistema presidencialista. Questão correta.

**6. (CESPE / TRE-MS - 2013) A eleição do presidente da República, simultaneamente com a do vice-presidente, é feita mediante voto direto**

**e secreto, pelo sistema de representação proporcional, sendo realizada nos estados, nos territórios e no Distrito Federal.**

**Comentários:**

A eleição do Presidente e do Vice-Presidente se dá pelo sistema majoritário, não pelo sistema proporcional. Questão incorreta.

**7. (CESPE / IBAMA - 2013) O vice-presidente da República não poderá se ausentar do país por período superior a quinze dias, sem licença do Congresso Nacional.**

**Comentários:**

É o que determina o art. 49, III, da Constituição. Questão correta.

**8. (CESPE / TRE-MT - 2010) A eleição do presidente da República ocorre pelo sistema majoritário puro (ou simples), no qual será considerado eleito o candidato que obtiver a maioria absoluta de votos, aí computados os votos em branco e os nulos.**

**Comentários:**

A eleição para o cargo de Presidente ocorre pelo **sistema majoritário de dois turnos**, pelo qual o candidato só se elege pela maioria absoluta dos votos, que, não sendo obtida no primeiro turno, será garantida em um segundo turno. Esse é o primeiro erro do enunciado. Outro erro da questão é que os votos em branco e os nulos não são computados (art. 77, § 2º, CF). Questão incorreta.

**9. (CESPE / TRE-BA - 2010) Na eleição do presidente e do vice-presidente da República, se nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação, deve ser feita nova eleição, concorrendo os dois candidatos mais votados. Se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer a morte de candidato, deverão ser convocadas novas eleições.**

**Comentários:**

Estabelece a Constituição que:

**Art. 77, § 3º** - Se nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição em até vinte dias após a proclamação do resultado, concorrendo os dois candidatos mais votados e considerando-se eleito aquele que obtiver a maioria dos votos válidos.

§ 4º - Se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, **convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação.**

Portanto, caso, antes de realizado o segundo turno, ocorra a morte de candidato, convocar-se-á, para participação no segundo turno, o de maior votação entre os restantes. O erro do enunciado é afirmar que, nesse caso, deveriam ser convocadas novas eleições. Questão incorreta.

**10. (CESPE / TRE-MT - 2010) O cargo de presidente será declarado vago, se, decorridos dez dias da data fixada para a posse, o presidente ou o vice-presidente, salvo por motivo de força maior, não tiver assumido o cargo.**

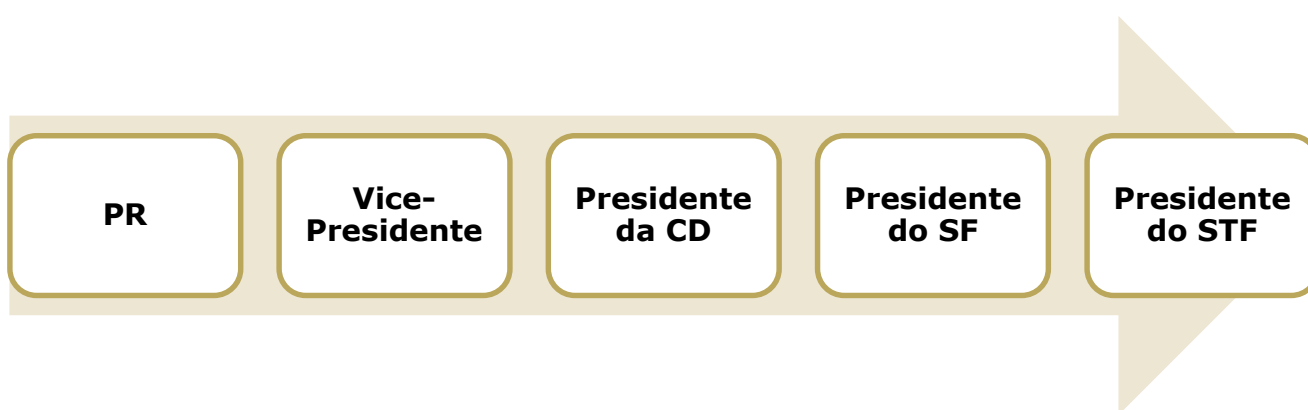
#### **Comentários:**

Estabelece o parágrafo único do art. 78 da Constituição que se, decorridos **dez** dias da data fixada para a posse, o Presidente ou o Vice-Presidente, salvo motivo de **força maior**, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago. Questão correta.

**11. (CESPE / ABIN - 2010) Em caso de impedimento do presidente da República, ou vacância do respectivo cargo, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência da República o presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do STF.**

#### **Comentários:**

O art. 79, "caput", da Constituição, determina que substituirá o Presidente, no caso de impedimento, e suceder-lhe-á, no de vaga, o Vice-Presidente. Complementando esse dispositivo, reza o art. 80 da Carta Magna que em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.



O erro do enunciado foi ter omitido o Vice-Presidente da linha de sucessão. Questão incorreta.

**12. (CESPE / MPS - 2010) Em caso de impedimento do presidente e do vice-presidente da República, ou de vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da presidência o**



**presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.**

**Comentários:**

É o que determina o art. 79, "caput", da Constituição Federal. Questão correta.

**13. (CESPE / MPS - 2010) Na hipótese de vacância dos cargos de presidente e de vice-presidente da República nos últimos dois anos do mandato presidencial, deve ser realizada nova eleição direta no prazo de noventa dias, contado a partir da abertura da última vaga.**

**Comentários:**

Veja o que determina a Constituição:

**Art. 81.** Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga.

**§ 1º** - Ocorrendo a vacância nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita **trinta dias** depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.

O enunciado apresenta dois erros. O primeiro deles se refere ao prazo: a eleição será feita trinta dias após a abertura da última vaga. O segundo, refere-se à modalidade da eleição: trata-se de uma hipótese de eleição indireta, realizada pelo Congresso Nacional. Questão incorreta.

**14. (CESPE / TCE-BA - 2010) Havendo vacância dos cargos de presidente e de vice-presidente da República nos dois primeiros anos do mandato, deverá ser realizada eleição noventa dias depois de aberta a última vaga, mas, se a vacância ocorrer nos últimos dois anos do mandato, a eleição para ambos os cargos será feita de forma indireta, pelo Congresso Nacional, trinta dias depois de aberta a última vaga.**

**Comentários:**

É o que determina o art. 81 da Constituição Federal. Questão correta.

**15. (CESPE / MPS - 2010) O presidente e o vice-presidente da República não podem, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do país por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo.**

**Comentários:**

É isso mesmo! Dispõe a Constituição que:

**Art. 83.** O Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a **quinze** dias, sob pena de perda do cargo.

Questão correta.

**16. (CESPE / TRE-MT - 2010) O presidente da República e o vice-presidente somente podem ausentar-se do país com licença do Congresso Nacional, sob pena de perda do cargo.**

**Comentários:**

A licença do Congresso Nacional só é necessária quando a ausência se der por período superior a quinze dias, conforme o art. 83 da Constituição Federal. Questão incorreta.

**17. (CESPE / PRF - 2013) Compete privativamente ao presidente da República conceder indulto e comutar penas, ouvidos, se necessário, os órgãos instituídos em lei.**

**Comentários:**

É o que prevê o art. 84, XII, da CF/88. Questão correta.

**18. (CESPE / Ministério da Saúde - 2013) Compete ao presidente da República a concessão de indulto, bem como a comutação de penas e o exercício do comando supremo das Forças Armadas.**

**Comentários:**

Vejamos o que determina a Constituição Federal em seu art. 84:

**Art. 84** - Compete privativamente ao Presidente da República:  
(...)

**XII** - conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei;

**XIII** - exercer o comando supremo das Forças Armadas, nomear os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, promover seus oficiais-generais e nomeá-los para os cargos que lhes são privativos.

Questão correta.

**19. (CESPE / DPF - 2012) Como são irrenunciáveis, todas as atribuições privativas do presidente da República previstas no texto constitucional não podem ser delegadas a outrem.**

**Comentários:**

São delegáveis as atribuições previstas no parágrafo único do art. 84 da Constituição como tal. Questão incorreta.

**20. (CESPE / IBAMA - 2013) O presidente da República poderá delegar ao vice-presidente a atribuição de vetar projetos de lei.**

**Comentários:**

Trata-se de atribuição privativa do Presidente da República (art. 84, V, CF) e que, por falta de disposição expressa em contrário, é indelegável. Questão incorreta.

**21. (CESPE / MPOG - 2013) Os ministros de Estado poderão prover os cargos públicos de sua pasta, desde que o presidente da República delegue a competência para tanto.**

**Comentários:**

Trata-se, de fato, de atribuição delegável pelo Presidente da República, nos termos do parágrafo único do art. 84 da Constituição. Questão correta.

**22. (CESPE / CPRM - 2013) O presidente da República acumula as funções de chefe de Estado e de chefe de governo, e suas atribuições constitucionais são indelegáveis.**

**Comentários:**

A primeira parte do enunciado está correta: o Presidente da República acumula as funções de chefe de Estado e de chefe de governo. O erro do enunciado é que algumas de suas atribuições são delegáveis aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República e ao Advogado-Geral da União. Questão incorreta.

**23. (CESPE / Câmara dos Deputados - 2012) No exercício do poder regulamentar, compete ao presidente da República dispor, mediante decreto, sobre a criação e a extinção de órgãos, funções e cargos públicos, quando tal ato não implicar aumento de despesa.**

**Comentários:**

A criação e extinção de órgãos e cargos públicos só pode se dar por meio de lei. Por decreto, só se permite a extinção de funções e cargos públicos quando vagos. Questão incorreta.

**24. (CESPE / TRE-MS - 2013) O poder regulamentar é inerente e privativo ao chefe do Poder Executivo.**

**Comentários:**

É o que determina o art. 84, IV, da Constituição. Questão correta.

**25. (CESPE / MP-RR - 2012) Compete ao presidente da República, na condição de chefe de Estado, celebrar tratados, convenções e atos internacionais, condicionados à prévia aprovação do Congresso Nacional.**

**Comentários:**

Os tratados, convenções e atos internacionais não dependem de prévia aprovação do Legislativo para sua celebração. Versa o art. 84, VIII, da Constituição que **eles se sujeitam a referendo** do Congresso Nacional. Questão incorreta.

**26. (CESPE / TRE-MT - 2010) Tanto as tarefas de chefe de Estado como as de chefe de governo integram o rol de competências privativas do presidente da República.**

**Comentários:**

O Poder Executivo é personificado pelo Presidente da República, que acumula as funções de Chefe de Governo e Chefe de Estado. Questão correta.

**27. (CESPE / OAB - 2010) O presidente da República pode escolher e nomear livremente os ministros de Estado, com exceção do ministro das Relações Exteriores, cuja indicação deve ser aprovada pelo Senado Federal, assim como ocorre com os candidatos ao cargo de embaixador.**

**Comentários:**

Segundo o art. 84, I, da Constituição, compete ao Presidente da República nomear os Ministros de Estado. Não há exceções a essa regra. Questão incorreta.

**28. (CESPE / TRF 5ª Região - 2011) O presidente da República detém competência privativa tanto para decretar o estado de defesa e o estado de sítio quanto para suspender essas medidas.**

**Comentários:**

De fato, o Presidente da República detém competência privativa para decretar o estado de defesa e o estado de sítio (art. 84, IX, CF). Entretanto, a competência para suspender essas medidas é exclusiva do Congresso Nacional, conforme art. 49, IV, da Constituição Federal. Questão incorreta.

**29. (CESPE / OAB - 2010) A nomeação, pelo presidente da República, do Advogado-Geral da União depende da prévia aprovação do Senado Federal, que o fará em escrutínio secreto.**

**Comentários:**

De fato, compete ao Presidente da República nomear o Advogado-Geral da União (art. 84, XVI, CF). Entretanto, diferentemente do que diz o enunciado, **não há necessidade de prévia autorização do Senado Federal** para isso, por falta de previsão constitucional nesse sentido. Esse entendimento é reforçado no art. 131, § 1º, da Constituição, que dispõe que o Advogado-Geral da União é de livre nomeação pelo Presidente da República. Questão incorreta.

**30. (CESPE / ANEEL - 2010) O presidente da República não dispõe de competência constitucional para conceder indulto, por se tratar de competência exclusiva do Poder Judiciário.**

**Comentários:**

Determina o art. 84, XII, da Constituição que compete privativamente ao Presidente da República **conceder indulto e comutar penas**, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei. Questão incorreta.

**31. (CESPE / BRB – Advogado - 2010) Constituem competências privativas do presidente da República decretar e executar intervenção federal e exercer o comando supremo das Forças Armadas.**

**Comentários:**

É o que determina o art. 84, incisos X e XIII, da Carta Magna. Questão correta.

**32. (CESPE / TRE-MT - 2010) Cabe ao presidente da República, com a prévia anuência do Congresso Nacional, decretar e executar a intervenção federal, nas hipóteses previstas em lei.**

**Comentários:**

Segundo a Constituição, compete privativamente ao Presidente da República decretar e executar a intervenção federal (art. 84, X, CF). Caberá ao Congresso Nacional, após o decreto de intervenção federal, aprová-la (art. 49, IV, CF). Note que **não se trata de autorização prévia do Poder Legislativo**, mas de aprovação posterior. Questão incorreta.

**33. (CESPE / STM - 2011) O presidente da República pode dispor, mediante decreto, sobre a organização e o funcionamento da administração federal, promovendo a extinção de funções ou cargos públicos que julgar desnecessários e inconvenientes para o serviço público.**

**Comentários:**

Segundo o art. 84, VI, da Constituição, compete privativamente ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre extinção de funções ou cargos públicos, **quando vagos**. Questão incorreta.

**34. (CESPE / MPS - 2010) Compete privativamente ao presidente da República dispor, mediante decreto autônomo, sobre a organização e o funcionamento da administração federal, especialmente no que concerne à criação ou extinção de órgãos públicos.**

**Comentários:**

Como dissemos, segundo o art. 84, VI, da Constituição, compete privativamente ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre extinção de funções ou cargos públicos, **quando vagos**. Questão incorreta.

**35. (CESPE / TJ-ES - 2011) As competências privativas atribuídas ao presidente da República pelo texto constitucional não podem, pela sua natureza, em nenhuma hipótese, ser objeto de delegação.**

**Comentários:**

**Em regra**, as atribuições do Presidente da República são **indelegáveis**, só podendo ser exercidas pelo Presidente da República ou por quem o substituir ou suceder. Entretanto, o parágrafo único do art. 84 permite que o Presidente **delegue algumas atribuições** aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República e ao Advogado-Geral da União. Questão incorreta.

**36. (CESPE / TRE-MS - 2013) A concessão de indulto e a comutação de penas são atividades privativas do presidente da República, não podendo ser delegadas.**

**Comentários:**

Trata-se de **atividades delegáveis**, por força do parágrafo único do art. 84 da Constituição. Questão incorreta.

**37. (CESPE / TRE-MT - 2010) As atribuições privativas do presidente da República encontram-se demarcadas no texto constitucional, que não admite serem elas objeto de delegação.**

**Comentários:**

Como vimos, o parágrafo único do art. 84 estabelece algumas hipóteses em que é possível, excepcionalmente, a delegação de atribuições privativas do Presidente da República. Questão incorreta.

**38. (CESPE / TCU - 2011) A competência do presidente da República para conceder indulto pode ser delegada a alguns ministros de Estado.**



**Comentários:**

A competência para conceder indulto, de fato, pode ser delegada aos Ministros de Estado, conforme disposição do parágrafo único do art. 84 da Carta Magna. Questão correta.

**39. (CESPE / TRE-MT - 2010) De acordo com a CF, o presidente da República poderá delegar a atribuição de conferir condecorações e distinções honoríficas.**

**Comentários:**

De fato, compete privativamente ao Presidente da República conferir condecorações e distinções honoríficas. Entretanto, por falta de previsão no parágrafo único do art. 84 da Constituição, essa atribuição **não é delegável**. Questão incorreta.

**40. (CESPE / TRT 1ª Região - 2010) A CF admite a possibilidade de o advogado-geral da União conceder indulto e comutar penas, com audiência dos órgãos instituídos em lei, se necessário.**

**Comentários:**

Trata-se de atribuição delegável do Presidente da República, conforme o parágrafo único do art. 84 da Constituição. Questão correta.

**41. (CESPE / TCE-BA - 2010) O presidente da República pode dispor, mediante decreto, sobre a organização da administração federal, quando a disposição não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.**

**Comentários:**

É o que determina o art. 84, VI, da Constituição Federal. Questão correta.

**42. (CESPE/ TRT 21ª Região - 2010) A Constituição Federal de 1988 concede ao presidente da República a prerrogativa de celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.**

**Comentários:**

É isso mesmo! De acordo com o art. 84, VIII, da Constituição Federal, compete privativamente ao Presidente da República celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional. Questão correta.

**43. (CESPE / TJ-ES - 2011) Em que pese a existência do princípio da legalidade, é possível, perante a CF, que o chefe do Poder Executivo,**

**mediante decreto, extinga órgãos, funções ou cargos públicos na administração direta do Poder Executivo.**

**Comentários:**

Dentre as hipóteses previstas para a edição de decreto autônomo pelo Presidente da República, está a de dispor sobre a organização e funcionamento da administração federal, quando ***não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos***. Questão incorreta.

**44. (CESPE / Ministério da Saúde - 2013) É crime de responsabilidade o ato do presidente da República que atente contra a lei orçamentária.**

**Comentários:**

Trata-se, de fato, de crime de responsabilidade, conforme o art. 85, VI, da CF/88. Questão correta.

**45. (CESPE / PC-BA - 2013) O presidente da República, durante a vigência de seu mandato, poderá ser responsabilizado por infrações penais comuns, por crimes de responsabilidade e até mesmo por atos estranhos ao exercício de suas funções.**

**Comentários:**

Reza o art. 86, § 4º, da CF/88 que o Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções. Questão incorreta.

**46. (CESPE / Ministério da Saúde - 2013) O presidente da República, durante o seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.**

**Comentários:**

Trata-se da chamada imunidade penal relativa. Questão correta.

**47. (CESPE / Câmara dos Deputados - 2012) O presidente da República só pode ser processado, pela prática de infrações penais comuns ou crimes de responsabilidade, após juízo de admissibilidade por dois terços dos membros da Câmara dos Deputados.**

**Comentários:**

É o que determina o art. 86, "caput", da Constituição Federal. Questão correta.

**48. (CESPE / TJ-RR - 2012) Compete ao Senado Federal processar e julgar originariamente o presidente da República nas infrações penais comuns.**

**Comentários:**

Trata-se de competência do STF (art. 86, “caput”, CF). O Senado Federal julga o Presidente nos crimes de responsabilidade. Questão errada.

**49. (CESPE / MP-PI - 2012) No caso de infrações penais comuns, admitida a acusação contra o presidente da República, desde que por maioria absoluta pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.**

**Comentários:**

Nesse caso, a autorização se dá por dois terços dos membros da Câmara dos Deputados. Questão incorreta.

**50. (CESPE / Ministério da Saúde - 2013) Admitida a acusação contra o presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento, nas infrações penais comuns, perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ).**

**Comentários:**

Segundo o art. 86 da Constituição, admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento **perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns**, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade. Questão incorreta.

**51. (CESPE / TRE-MS - 2013) A prática de crimes comuns e de responsabilidade pelo presidente da República enseja o processo e o julgamento pelo Senado Federal, após autorização da Câmara dos Deputados.**

**Comentários:**

Os crimes de responsabilidade cometidos pelo Presidente da República são, de fato, julgados pelo Senado Federal, após autorização da Câmara dos Deputados. Por sua vez, os crimes comuns são julgados pelo STF, sendo esse o erro do enunciado. Questão incorreta.

**52. (CESPE / TRE-MT - 2010) Nos crimes de responsabilidade, uma vez admitida a acusação contra o presidente da República por um terço da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o STF.**

**Comentários:**

O julgamento do Presidente da República pela prática de crime de responsabilidade é de competência do Senado Federal. Fundamento: art. 86,

“caput”, CF. Há, ainda, outro erro: a Câmara irá autorizar o julgamento do Presidente pelo voto de **2/3 dos seus membros**. Questão incorreta.

**53. (CESPE / TRT 21ª Região - 2010) O presidente da República somente pode ser processado, seja por crime comum, seja por crime de responsabilidade, após o juízo de admissibilidade da Câmara dos Deputados, que necessita do voto de dois terços de seus membros para autorizar o processo.**

**Comentários:**

De fato, a autorização da Câmara dos Deputados se dá **por dois terços** de seus membros. Admitida a acusação, será o Presidente da República submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade (art. 86, “caput”, CF). Questão correta.

**54. (CESPE / TRT 21ª Região - 2010) Admitida a acusação contra o presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o STF, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.**

**Comentários:**

É o que determina o art. 86 da Constituição Federal (art. 86, “caput”, CF). Questão correta.

**55. (CESPE / OAB - 2009) O presidente da República somente poderá ser processado e julgado, nas infrações penais comuns, perante o STF, com a prévia anuência do Senado Federal.**

**Comentários:**

Nesse caso, há necessidade de prévia anuência da Câmara dos Deputados, por dois terços dos seus membros (art. 86, “caput”, CF). Questão incorreta.

**56. (CESPE / Banco Central - 2009) As infrações penais praticadas pelo presidente da República durante a vigência do mandato, sem qualquer relação com a função presidencial, serão objeto de imediata “persecutio criminis”.**

**Comentários:**

Pelo contrário! , Durante o seu mandato, o Presidente da República tem uma relativa irresponsabilidade pela prática de atos estranhos ao exercício de suas funções (art. 86, § 4º, CF). Assim, o Chefe do Executivo só poderá ser responsabilizado, durante seu mandato, pela prática de atos referentes à atividade presidencial. É a chamada **imunidade penal relativa**.

O examinador “trocou as bolas” para confundir você. O Presidente ficará suspenso de suas atribuições, nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo STF. Questão incorreta.

**57. (CESPE / TRF 5ª Região - 2011) Nos crimes comuns, o presidente da República será processado e julgado pelo STF somente após ser declarada procedente a acusação por parte da Câmara dos Deputados, circunstância que não impede a instauração de inquérito policial e o oferecimento da denúncia.**

#### **Comentários:**

Nos crimes comuns, o Presidente é julgado pelo STF após autorização da Câmara dos Deputados, por 2/3 dos membros. Isso não impede a instauração de inquérito e oferecimento da denúncia ao STF. O STF só poderá receber a denúncia, todavia, após o juízo de admissibilidade da Câmara dos Deputados. Questão correta.

**58. (CESPE / TRE-BA - 2010) Nos crimes comuns, o presidente da República não está sujeito à prisão enquanto não for proferida sentença condenatória.**

#### **Comentários:**

Veja o que determina a Constituição:

**Art. 86, § 3º** - Enquanto não sobrevier sentença condenatória, nas infrações comuns, o Presidente da República não estará sujeito a prisão.

Trata-se da denominada **imunidade formal em relação à prisão** do Presidente da República. Questão correta.

**59. (CESPE / STF - 2008) A ação popular contra o Presidente da República deve ser julgada pelo STF.**

#### **Comentários:**

O rol de competências do STF previsto no art. 102 da Constituição é exaustivo. Por falta de previsão constitucional, não cabe à Corte Suprema Julgar ação popular contra o Chefe do Executivo. Questão incorreta.

### **7- Vice-Presidente e Ministros de Estado:**

O Vice-Presidente é figura que tem suas origens no constitucionalismo norte-americano, tendo sido criado para **substituir o Presidente** em seus impedimentos e **sucedê-lo, no caso de vacância** do cargo. A Constituição

confere ao Vice-Presidente **diversas funções**, que, segundo Alexandre de Moraes, podem ser classificadas em<sup>18</sup>:

**a) Funções próprias ou típicas:** são aquelas para as quais o cargo de Vice-Presidente foi criado, sendo-lhe inerentes. Podem resultar de previsão expressa da Constituição ou de lei complementar. São elas: substituição (CF, art. 79), sucessão (CF, art. 80), participação nos Conselhos da República (CF, art. 89, I) e de Defesa Nacional (CF, art. 91, I), bem como as eventuais atribuições estabelecidas pela lei complementar prevista no art. 79, parágrafo único, da Carta Magna.

**b) Funções impróprias:** funções de auxílio ao Presidente da República, nos termos do art. 79 da Constituição, sempre que por ele convocado para missões especiais.

Os Ministros de Estado, por sua vez, são os **assessores diretos** do Presidente da República. São **livremente nomeáveis e exoneráveis** pelo Presidente da República, sendo escolhidos dentre **brasileiros natos ou naturalizados, maiores de vinte e um anos** e no exercício dos direitos políticos (art. 87, "caput", CF). O Ministro da Defesa, como você deve se lembrar, necessariamente deverá ser brasileiro nato.

O art. 87, parágrafo único, da Constituição, arrola em **lista exemplificativa** as atribuições dos Ministros de Estado:

**Art. 87.** Os Ministros de Estado serão escolhidos dentre brasileiros maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos.

**Parágrafo único.** Compete ao Ministro de Estado, além de outras atribuições estabelecidas nesta Constituição e na lei:

**I** - exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração federal na área de sua competência e referendar os atos e decretos assinados pelo Presidente da República;

**II** - expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos;

**III** - apresentar ao Presidente da República relatório anual de sua gestão no Ministério;

**IV** - praticar os atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas pelo Presidente da República.

Sobre o **inciso I**, vale a pena destacar a competência dos Ministros para **referendar decretos** assinados pelo Presidente da República. A doutrina se divide quanto à indispensabilidade do referendo ministerial para a validade do decreto presidencial. No entanto, o STF já decidiu que o referendo ministerial **não se qualifica como requisito indispensável** de validade dos decretos

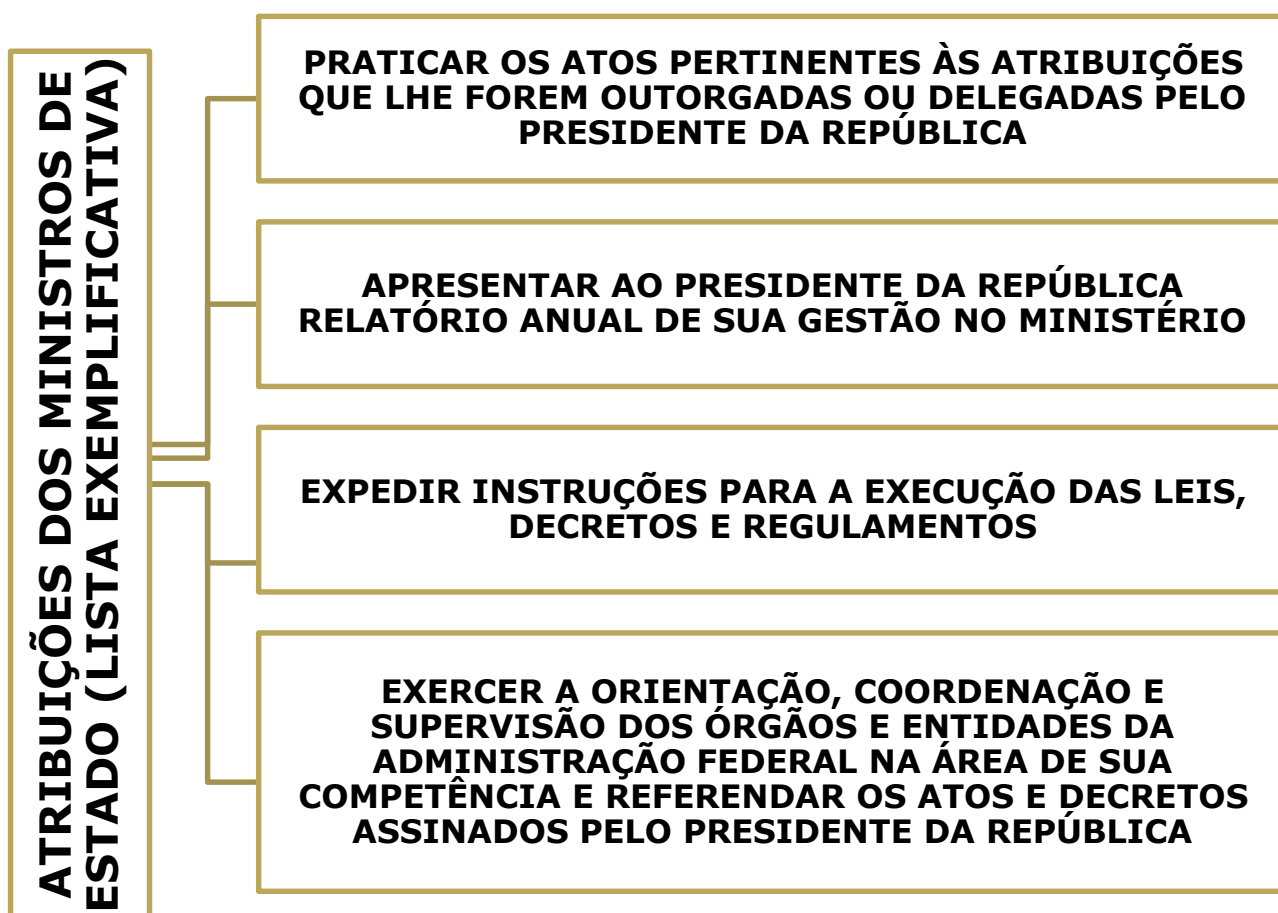
<sup>18</sup> MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional**, 9ª edição. São Paulo Editora Atlas: 2010, pp. 1219-1220.



presidenciais.<sup>19</sup> Entretanto, como os **Ministros são demissíveis “ad nutum”** (ocupam cargo de livre nomeação e exoneração), o fato de não referendarem ato do Presidente irá implicar, quase que inevitavelmente, na perda do cargo.

O **inciso II** trata da competência dos Ministros para **expedir instruções** para a execução das leis, decretos e regulamentos. Pode-se considerar que é uma espécie de **poder regulamentar** concedido aos Ministros de Estado que, embora não editem Decretos, têm competência para editar Portarias, que seriam o que a Constituição denomina “instruções”.

Os **incisos III e IV** decorrem da subordinação direta dos Ministros ao Presidente da República. Na condição de **auxiliares diretos** do Presidente, cabe aos Ministros apresentar **relatório anual de sua gestão** e **praticar os atos que a eles forem outorgados ou delegados** pelo Presidente.



Os Ministros de Estado são **processados e julgados pelo STF** nos **crimes comuns** e nos **crimes de responsabilidade**. No entanto, nos crimes de

<sup>19</sup> STF, MS nº 22.706-1- Medida Liminar.05.02.1997.

responsabilidade conexos com os do Presidente, eles serão processados julgados pelo Senado Federal. Assim, temos que:

- a)** Os Ministros de Estado são julgados pelo STF nos crimes comuns.
- b)** Os Ministros de Estado são julgados pelo STF nos crimes de responsabilidade "autônomos".
- c)** Os Ministros de Estado são julgados pelo Senado Federal nos crimes de responsabilidade conexos com os do Presidente.

## **8- Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional:**

O Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional são órgãos colegiados, de **natureza consultiva**. Daí decorre o fato de eles se manifestarem, quando **consultados pelo Presidente da República**, por meio de parecer, cuja **natureza é meramente opinativa**.

O **Conselho da República** é órgão superior de consulta do Presidente da República, com **competência para se pronunciar sobre as seguintes questões**:

- a)** Intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio.
- b)** Questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas

Os **integrantes** do Conselho da República são os seguintes:

### **Membros do Conselho da República**

- O Vice-Presidente da República
- O Presidente da Câmara dos Deputados
- O Presidente do Senado Federal
- Os líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados
- Os líderes da maioria e da minoria no Senado Federal;
- O Ministro da Justiça
- Seis cidadãos brasileiros natos, com mais de trinta e cinco anos de idade, sendo dois nomeados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado Federal e dois eleitos pela Câmara dos Deputados, todos com mandato de três anos, vedada a recondução.

O **Conselho de Defesa Nacional**, por sua vez, é órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos relacionados com a **soberania nacional** e a **defesa do Estado democrático**. Segundo o art. 91, § 1º, CF/88, são **competências** do Conselho de Defesa Nacional as seguintes:

- a)** Opinar nas hipóteses de declaração de guerra e de celebração da paz, nos termos desta Constituição;
- b)** Opinar sobre a decretação do estado de defesa, do estado de sítio e da intervenção federal;
- c)** Propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo;
- d)** Estudar, propor e acompanhar o desenvolvimento de iniciativas necessárias a garantir a independência nacional e a defesa do Estado democrático.

Os **integrantes** do Conselho de Defesa Nacional são os seguintes:

### **Membros do Conselho da Defesa Nacional**

- O Vice-Presidente da República
- O Presidente da Câmara dos Deputados
- O Presidente do Senado Federal
- O Ministro da Justiça
- O Ministro de Estado da Defesa
- O Ministro das Relações Exteriores
- O Ministro do Planejamento
- Os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica

Algumas dicas para memorização:

- a)** O Vice-Presidente, o Presidente da Câmara dos Deputados, o Presidente do Senado Federal e o Ministro da Justiça **participam tanto do Conselho da República quanto do Conselho de Defesa Nacional.**
- b)** Os **6 (seis) cidadãos brasileiros natos** participam apenas do **Conselho da República.**
- c)** O único Ministro que participa do Conselho da República é o **Ministro da Justiça.**



**60. (CESPE/TJ-CE – 2014) Os ministros de Estado serão escolhidos pelo presidente da República, entre brasileiros aprovados em concurso público de provas e títulos.**

**Comentários:**

Não há concurso para Ministro de Estado. Os Ministros de Estado serão escolhidos dentre brasileiros maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos. Questão incorreta.

**61. (Cespe/OAB/2010) O presidente da República pode escolher e nomear livremente os ministros de Estado, com exceção do ministro das Relações Exteriores, cuja indicação deve ser aprovada pelo Senado Federal, assim como ocorre com os candidatos ao cargo de embaixador.**

**Comentários:**

Segundo o art. 84, I, da Constituição, compete ao Presidente da República nomear os Ministros de Estado. Não há exceções a essa regra. Questão incorreta.

**62. (Cespe/2010/OAB) Os ministros de Estado são nomeados livremente pelo presidente da República, podendo o Congresso Nacional, por deliberação da maioria absoluta de seus membros, exonerá-los a qualquer tempo.**

**Comentários:**

De acordo com o art. 84, I, da Carta Magna, compete privativamente ao Presidente da República nomear e exonerar os Ministros de Estado. Não cabe, portanto, ao Congresso Nacional, fazê-lo. Questão incorreta.

## LISTA DE QUESTÕES

1. **(CESPE/TJ-SE – 2014) Compete privativamente ao presidente da República conceder indulto e anistia.**
2. **(CESPE/TJ-CE – 2014) Em caso de impedimento do presidente e do vice-presidente da República, serão sucessivamente chamados ao exercício da presidência o presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.**
3. **(CESPE/TJ-CE – 2014) O presidente da República está sujeito a prisão quando comete infração comum.**
4. **(CESPE/TCDF – 2014) Dispor sobre a organização da administração federal é atribuição privativa do presidente da República, que somente poderá ser exercida pelo próprio ou, durante seus impedimentos, por quem o substituir na presidência, vedada a delegação.**
5. **(CESPE / Ministério da Saúde - 2013) A acumulação das funções de chefe de Estado e de chefe de governo pelo presidente da República é uma das características do sistema presidencialista de governo adotado pela República Federativa do Brasil.**
6. **(CESPE / TRE-MS - 2013) A eleição do presidente da República, simultaneamente com a do vice-presidente, é feita mediante voto direto e secreto, pelo sistema de representação proporcional, sendo realizada nos estados, nos territórios e no Distrito Federal.**
7. **(CESPE / IBAMA - 2013) O vice-presidente da República não poderá se ausentar do país por período superior a quinze dias, sem licença do Congresso Nacional.**
8. **(CESPE / TRE-MT - 2010) A eleição do presidente da República ocorre pelo sistema majoritário puro (ou simples), no qual será considerado eleito o candidato que obtiver a maioria absoluta de votos, aí computados os votos em branco e os nulos.**
9. **(CESPE / TRE-BA - 2010) Na eleição do presidente e do vice-presidente da República, se nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação, deve ser feita nova eleição, concorrendo os dois candidatos mais votados. Se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer a morte de candidato, deverão ser convocadas novas eleições.**
10. **(CESPE / TRE-MT - 2010) O cargo de presidente será declarado vago, se, decorridos dez dias da data fixada para a posse, o presidente ou o vice-presidente, salvo por motivo de força maior, não tiver assumido o cargo.**

- 11. (CESPE / ABIN - 2010) Em caso de impedimento do presidente da República, ou vacância do respectivo cargo, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência da República o presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do STF.**
- 12. (CESPE / MPS - 2010) Em caso de impedimento do presidente e do vice-presidente da República, ou de vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da presidência o presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.**
- 13. (CESPE / MPS - 2010) Na hipótese de vacância dos cargos de presidente e de vice-presidente da República nos últimos dois anos do mandato presidencial, deve ser realizada nova eleição direta no prazo de noventa dias, contado a partir da abertura da última vaga.**
- 14. (CESPE / TCE-BA - 2010) Havendo vacância dos cargos de presidente e de vice-presidente da República nos dois primeiros anos do mandato, deverá ser realizada eleição noventa dias depois de aberta a última vaga, mas, se a vacância ocorrer nos últimos dois anos do mandato, a eleição para ambos os cargos será feita de forma indireta, pelo Congresso Nacional, trinta dias depois de aberta a última vaga.**
- 15. (CESPE / MPS - 2010) O presidente e o vice-presidente da República não podem, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do país por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo.**
- 16. (CESPE / TRE-MT - 2010) O presidente da República e o vice-presidente somente podem ausentar-se do país com licença do Congresso Nacional, sob pena de perda do cargo.**
- 17. (CESPE / PRF - 2013) Compete privativamente ao presidente da República conceder indulto e comutar penas, ouvidos, se necessário, os órgãos instituídos em lei.**
- 18. (CESPE / Ministério da Saúde - 2013) Compete ao presidente da República a concessão de indulto, bem como a comutação de penas e o exercício do comando supremo das Forças Armadas.**
- 19. (CESPE / DPF - 2012) Como são irrenunciáveis, todas as atribuições privativas do presidente da República previstas no texto constitucional não podem ser delegadas a outrem.**
- 20. (CESPE / IBAMA - 2013) O presidente da República poderá delegar ao vice-presidente a atribuição de vetar projetos de lei.**
- 21. (CESPE / MPOG - 2013) Os ministros de Estado poderão prover os cargos públicos de sua pasta, desde que o presidente da República delegue a competência para tanto.**



- 22. (CESPE / CPRM - 2013) O presidente da República acumula as funções de chefe de Estado e de chefe de governo, e suas atribuições constitucionais são indelegáveis.**
- 23. (CESPE / Câmara dos Deputados - 2012) No exercício do poder regulamentar, compete ao presidente da República dispor, mediante decreto, sobre a criação e a extinção de órgãos, funções e cargos públicos, quando tal ato não implicar aumento de despesa.**
- 24. (CESPE / TRE-MS - 2013) O poder regulamentar é inerente e privativo ao chefe do Poder Executivo.**
- 25. (CESPE / MP-RR - 2012) Compete ao presidente da República, na condição de chefe de Estado, celebrar tratados, convenções e atos internacionais, condicionados à prévia aprovação do Congresso Nacional.**
- 26. (CESPE / TRE-MT - 2010) Tanto as tarefas de chefe de Estado como as de chefe de governo integram o rol de competências privativas do presidente da República.**
- 27. (CESPE / OAB - 2010) O presidente da República pode escolher e nomear livremente os ministros de Estado, com exceção do ministro das Relações Exteriores, cuja indicação deve ser aprovada pelo Senado Federal, assim como ocorre com os candidatos ao cargo de embaixador.**
- 28. (CESPE / TRF 5ª Região - 2011) O presidente da República detém competência privativa tanto para decretar o estado de defesa e o estado de sítio quanto para suspender essas medidas.**
- 29. (CESPE / OAB - 2010) A nomeação, pelo presidente da República, do Advogado-Geral da União depende da prévia aprovação do Senado Federal, que o fará em escrutínio secreto.**
- 30. (CESPE / ANEEL - 2010) O presidente da República não dispõe de competência constitucional para conceder indulto, por se tratar de competência exclusiva do Poder Judiciário.**
- 31. (CESPE / BRB – Advogado - 2010) Constituem competências privativas do presidente da República decretar e executar intervenção federal e exercer o comando supremo das Forças Armadas.**
- 32. (CESPE / TRE-MT - 2010) Cabe ao presidente da República, com a prévia anuência do Congresso Nacional, decretar e executar a intervenção federal, nas hipóteses previstas em lei.**
- 33. (CESPE / STM - 2011) O presidente da República pode dispor, mediante decreto, sobre a organização e o funcionamento da administração federal, promovendo a extinção de funções ou cargos**

**públicos que julgar desnecessários e inconvenientes para o serviço público.**

**34. (CESPE / MPS - 2010) Compete privativamente ao presidente da República dispor, mediante decreto autônomo, sobre a organização e o funcionamento da administração federal, especialmente no que concerne à criação ou extinção de órgãos públicos.**

**35. (CESPE / TJ-ES - 2011) As competências privativas atribuídas ao presidente da República pelo texto constitucional não podem, pela sua natureza, em nenhuma hipótese, ser objeto de delegação.**

**36. (CESPE / TRE-MS - 2013) A concessão de indulto e a comutação de penas são atividades privativas do presidente da República, não podendo ser delegadas.**

**37. (CESPE / TRE-MT - 2010) As atribuições privativas do presidente da República encontram-se demarcadas no texto constitucional, que não admite serem elas objeto de delegação.**

**38. (CESPE / TCU - 2011) A competência do presidente da República para conceder indulto pode ser delegada a alguns ministros de Estado.**

**39. (CESPE / TRE-MT - 2010) De acordo com a CF, o presidente da República poderá delegar a atribuição de conferir condecorações e distinções honoríficas.**

**40. (CESPE / TRT 1ª Região - 2010) A CF admite a possibilidade de o advogado-geral da União conceder indulto e comutar penas, com audiência dos órgãos instituídos em lei, se necessário.**

**41. (CESPE / TCE-BA - 2010) O presidente da República pode dispor, mediante decreto, sobre a organização da administração federal, quando a disposição não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.**

**42. (CESPE/ TRT 21ª Região - 2010) A Constituição Federal de 1988 concede ao presidente da República a prerrogativa de celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.**

**43. (CESPE / TJ-ES - 2011) Em que pese a existência do princípio da legalidade, é possível, perante a CF, que o chefe do Poder Executivo, mediante decreto, extinga órgãos, funções ou cargos públicos na administração direta do Poder Executivo.**

**44. (CESPE / Ministério da Saúde - 2013) É crime de responsabilidade o ato do presidente da República que atente contra a lei orçamentária.**

**45. (CESPE / PC-BA - 2013) O presidente da República, durante a vigência de seu mandato, poderá ser responsabilizado por infrações**

penais comuns, por crimes de responsabilidade e até mesmo por atos estranhos ao exercício de suas funções.

**46. (CESPE / Ministério da Saúde - 2013) O presidente da República, durante o seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.**

**47. (CESPE / Câmara dos Deputados - 2012) O presidente da República só pode ser processado, pela prática de infrações penais comuns ou crimes de responsabilidade, após juízo de admissibilidade por dois terços dos membros da Câmara dos Deputados.**

**48. (CESPE / TJ-RR - 2012) Compete ao Senado Federal processar e julgar originariamente o presidente da República nas infrações penais comuns.**

**49. (CESPE / MP-PI - 2012) No caso de infrações penais comuns, admitida a acusação contra o presidente da República, desde que por maioria absoluta pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.**

**50. (CESPE / Ministério da Saúde - 2013) Admitida a acusação contra o presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento, nas infrações penais comuns, perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ).**

**51. (CESPE / TRE-MS - 2013) A prática de crimes comuns e de responsabilidade pelo presidente da República enseja o processo e o julgamento pelo Senado Federal, após autorização da Câmara dos Deputados.**

**52. (CESPE / TRE-MT - 2010) Nos crimes de responsabilidade, uma vez admitida a acusação contra o presidente da República por um terço da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o STF.**

**53. (CESPE / TRT 21ª Região - 2010) O presidente da República somente pode ser processado, seja por crime comum, seja por crime de responsabilidade, após o juízo de admissibilidade da Câmara dos Deputados, que necessita do voto de dois terços de seus membros para autorizar o processo.**

**54. (CESPE / TRT 21ª Região - 2010) Admitida a acusação contra o presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o STF, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.**

**55. (CESPE / OAB - 2009) O presidente da República somente poderá ser processado e julgado, nas infrações penais comuns, perante o STF, com a prévia anuência do Senado Federal.**

- 56. (CESPE / Banco Central - 2009) As infrações penais praticadas pelo presidente da República durante a vigência do mandato, sem qualquer relação com a função presidencial, serão objeto de imediata “*persecutio criminis*”.**
- 57. (CESPE / TRF 5ª Região - 2011) Nos crimes comuns, o presidente da República será processado e julgado pelo STF somente após ser declarada procedente a acusação por parte da Câmara dos Deputados, circunstância que não impede a instauração de inquérito policial e o oferecimento da denúncia.**
- 58. (CESPE / TRE-BA - 2010) Nos crimes comuns, o presidente da República não está sujeito à prisão enquanto não for proferida sentença condenatória.**
- 59. (CESPE / STF - 2008) A ação popular contra o Presidente da República deve ser julgada pelo STF.**
- 60. (CESPE/TJ-CE – 2014) Os ministros de Estado serão escolhidos pelo presidente da República, entre brasileiros aprovados em concurso público de provas e títulos.**
- 61. (Cespe/OAB/2010) O presidente da República pode escolher e nomear livremente os ministros de Estado, com exceção do ministro das Relações Exteriores, cuja indicação deve ser aprovada pelo Senado Federal, assim como ocorre com os candidatos ao cargo de embaixador.**
- 62. (Cespe/2010/OAB) Os ministros de Estado são nomeados livremente pelo presidente da República, podendo o Congresso Nacional, por deliberação da maioria absoluta de seus membros, exonerá-los a qualquer tempo.**



<b>1.</b>	INCORRETA
<b>2.</b>	CORRETA
<b>3.</b>	INCORRETA
<b>4.</b>	INCORRETA
<b>5.</b>	CORRETA
<b>6.</b>	INCORRETA
<b>7.</b>	CORRETA
<b>8.</b>	INCORRETA
<b>9.</b>	INCORRETA
<b>10.</b>	CORRETA
<b>11.</b>	INCORRETA
<b>12.</b>	CORRETA
<b>13.</b>	INCORRETA
<b>14.</b>	CORRETA
<b>15.</b>	CORRETA
<b>16.</b>	INCORRETA
<b>17.</b>	CORRETA
<b>18.</b>	CORRETA
<b>19.</b>	INCORRETA
<b>20.</b>	INCORRETA
<b>21.</b>	CORRETA
<b>22.</b>	INCORRETA
<b>23.</b>	INCORRETA
<b>24.</b>	CORRETA
<b>25.</b>	INCORRETA
<b>26.</b>	CORRETA
<b>27.</b>	INCORRETA
<b>28.</b>	INCORRETA
<b>29.</b>	INCORRETA
<b>30.</b>	INCORRETA
<b>31.</b>	CORRETA
<b>32.</b>	INCORRETA
<b>33.</b>	INCORRETA
<b>34.</b>	INCORRETA
<b>35.</b>	INCORRETA
<b>36.</b>	INCORRETA
<b>37.</b>	INCORRETA
<b>38.</b>	CORRETA

<b>39.</b>	INCORRETA
<b>40.</b>	CORRETA
<b>41.</b>	CORRETA
<b>42.</b>	CORRETA
<b>43.</b>	INCORRETA
<b>44.</b>	CORRETA
<b>45.</b>	INCORRETA
<b>46.</b>	CORRETA
<b>47.</b>	CORRETA
<b>48.</b>	INCORRETA
<b>49.</b>	INCORRETA
<b>50.</b>	INCORRETA
<b>51.</b>	INCORRETA
<b>52.</b>	INCORRETA
<b>53.</b>	CORRETA
<b>54.</b>	CORRETA
<b>55.</b>	INCORRETA
<b>56.</b>	INCORRETA
<b>57.</b>	CORRETA
<b>58.</b>	CORRETA
<b>59.</b>	INCORRETA
<b>60.</b>	INCORRETA
<b>61.</b>	INCORRETA
<b>62.</b>	INCORRETA